



A voz dos populares no Jornal Nacional: discurso, representação e hegemonia

Autora: Lara Linhalis Guimarães¹

Mestranda da Faculdade de Comunicação UFJF-MG

Resumo:

Com base na Análise Crítica do Discurso, desenvolvida pelo lingüista Norman Fairclough (2001), em diálogo com pesquisadores do telejornalismo, a pesquisa aqui apresentada buscou desvelar o significado representacional da linguagem, mais especificamente o que uma edição do Jornal Nacional revelou a respeito da imaginação sobre o povo brasileiro, o cidadão comum ou “homem ordinário”, da maneira como denominou Certeau (1994). Esse desvelamento fora realizado através das categorias “intertextualidade” e “representação de atores sociais”, aplicadas em matérias onde os populares se constituíam como voz ou faziam parte da temática central, do conflito narrativo, na acepção de Coutinho (2003).

O processo de criação do sentimento de pertença a certo território, a certa coletividade, bem como a maneira como se desenvolvem as transformações em relação às nacionalidades no contexto atual, instiga olhar para além da superfície, um mergulho dentro das estruturas significantes. Entretanto, são as utilizações envolvidas com o termo “povo” que mais nos fazem brilhar os olhos. Por um lado, o conceito aparece como uma unidade representativa de um universo social específico, por oposição ao modo de vida das elites, isto é, diferenciando grupos sociais. Por outro lado, ele é identificado com a idéia de uma cultura genuinamente “brasileira”, integrando esses mesmos grupos. É essa segunda forma de lidar com o conceito, essa

¹ Contato: laralinhalis@yahoo.com.br

maneira de “representá-lo” que nos propomos a revelar em análise apresentada neste artigo.

Buscamos perceber de que maneira os “populares” são transformados em voz nas matérias veiculadas em edição do dia 26 de setembro de 2008 do Jornal Nacional. E para que tornássemos nossa visão menos obscurecida pelo arsenal de conceituações, reformulações e utilizações pelas quais passou o termo “povo” ao longo de tantas jornadas, encontramos piso seguro, porém não nivelado ao ponto da certeza, nas palavras de Michel de Certeau, em sua definição de Homem Ordinário: “Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável” (CERTEAU, 1994, p.57). Com poesia nos acentos, sintaxe, vocabulário e no ritmo de propor cada espaço de respiração, o autor nos presenteia com a “multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos”. “Rios cifrados da rua”. O clã ordinário, por ser não-famoso, não-olimpiano (acessando Edgard Morin, em sua análise do espírito do tempo), anônimo. É esse cidadão comum que vamos entender como “povo brasileiro”, os populares ou coletividade nacional, e que vamos investigar, em suas manifestações nas narrativas do JN, quando participam do núcleo temático - ou conflituoso – dos relatos. Quando estiverem mais próximos da generalidade do conceito de “povo brasileiro” e se afastarem de marcações identitárias mais específicas, relacionadas a certa parcela ou grupo social (a menos que esse grupo ou parcela seja historicamente identificado com o coletivo “povo brasileiro”, no que diz respeito ao imaginário construído).

A concepção e desenvolvimento desta pesquisa tiveram como norte as contribuições do linguísta Norman Fairclough, especialmente os apontamentos publicados no livro “Discurso e Mudança social” (2001). A ACD propõe todo um quadro teórico-metodológico a fim de entender as práticas discursivas como modos de ação e de representação do mundo, parte que são de uma relação dialética com a estrutura social. Por essa direção, tecemos inicialmente uma rede entre os conceitos de identidade, nação e povo, o que logo de início se apresenta como uma ação desafiadora pelo peso dos termos referenciados, tão longamente discutidos nos mais diversos círculos intelectuais e, não raro, encarados como instáveis e de contornos fluidos. Todavia, se nos propomos a entender a construção do discurso sobre o povo

brasileiro no Jornal Nacional, precisamos passar por essa reflexão. Diante disso, o que dizer sobre as “nacionalidades”, isto é, de que maneira categorizar a nação ou como definir uma certa identidade nacional?

Não é difícil alcançar a percepção de que as culturas nacionais em que nascemos constituem-se como uma das principais fontes de constituição identitária. Apesar de as identidades nacionais não estarem “presentes” em nossos genes, elas adquirem essencialidade fundamental no cotidiano em razão de uma produção simbólica e também discursiva que direciona as ações e as concepções que temos de nós mesmos, de toda uma realidade ao nosso redor, das pessoas com as quais dialogamos e imaginamos existir. A questão da imaginação é essencial neste texto, porque seguimos crendo na perspectiva de Benedict Anderson (2005), em sua reflexão sobre a origem e expansão do Nacionalismo, quando ele define a nação como “comunidade política imaginada”: “É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 2005, p.25). A imaginação de uma comunidade nacional, da qual fazemos parte, é processo, projeto, construção. E essa empreitada, passa longe de ser devaneio puro, falsidade bem disfarçada, antes passa pela invenção, identificado o vocábulo em Anderson com “criação” e “imaginação”. O modo como são imaginadas, cada comunidade nacional, pressupõe assim, a construção de vínculos, laços, através dos quais montamos um arsenal de referências possíveis, entronizadas subjetiva e conscientemente.

Interessante atentar ao fato, destacado por Stuart Hall (2004), de que nós “experimentamos” o mundo dentro desses sistemas de representação, logo, no seio de ideologias, que operam fixando significados em muito através da linguagem, de formações discursivas. É nesse sentido que podemos pensar o vínculo entre nação, ideologia e hegemonia: as diferentes comunidades nacionais comportam uma série de significados, ou sistemas de representação, através dos quais seus membros se identificam. Essas cadeias ideológicas tornam-se hegemônicas porque são encaradas como “naturais”, como realidade pura, e perpetuam ao longo dos anos através de sucessivas articulações e desarticulações. Sendo assim, podemos dialogar com Hall

em sua premissa de que a nação é também uma “estrutura de poder cultural”, em razão do processo de naturalização da unidade cultural - muitas vezes imposta a grupos bem diferenciados culturalmente - e de construção de um ponto alternativo de identificação das diferenças, como forma de estimular o pertencimento comum ao coletivo nacional. Certamente, a produção imaginária da noção de pertença a uma grande família nacional implica, num certo sentido, uma espécie de secundarização acerca das diferenças como as de classe, regionais, de gênero ou étnicas, embora a idéia de unidade ou o prazer honroso em fazer parte de uma família tão grande, da “pátria amada”, tornem obscuros muitos desses movimentos atuantes por debaixo das asas na *nation*.

Desse processo de imaginação nacional, faz parte toda uma produção de sentidos com os quais podemos nos identificar, fixados que estão na realidade ou na imaginação das mais diversas maneiras. Para Hall, tal empreendimento se dá através de elementos discursivos imersos na literatura, nos ditos populares, na mídia e nos discursos estatais; tais como a ênfase na tradição, atemporalidade e origem da nação; a difusão de narrativas e de “mitos fundacionais”; e a idéia de um povo puro, original, representante da nacionalidade. Com esse direcionamento inicial em mente, nos ocuparemos agora em entender com quais contornos o povo brasileiro foi esboçado na obra de alguns intelectuais ou “articulistas” da nação. De fato, desde o final do século XIX, quando da emergência do governo republicano e da disseminação em território nacional do que na Europa se desenvolvia, em termos de teoria, como “racismo científico”, debruçar-se sobre fontes diversas a fim de entender o “caráter nacional brasileiro”² foi tarefa de pensadores ao longo de todo o século XX, apoiados em concepções também diversas sobre a “essência” do povo.

A temática da miscigenação esteve presente como foco das discussões até os anos 50. Nesse percurso, importava entender de que “massa” éramos formados, e de que maneira cada “ingrediente” determinava traços da personalidade do brasileiro, influenciado esse caminho investigativo pelas teorias européias do racismo científico

² Referência à obra de Dante Moreira Leite, “O caráter nacional brasileiro” (1959).

que aportavam na “Terra Papagalli”³. Ajuda-nos a visualizar esse momento a perspectiva de Silvio Romero, desenvolvida no livro “História da literatura brasileira”, de 1888, logo na época em que o Brasil transitava da forma de governo monárquico para o republicano. Auto-descrito como um “darwinista social”, Romero acreditava na determinação da raça e do ambiente sobre o caráter do brasileiro, seguindo o pensamento científico que ecoava do velho mundo. Desse modo, entendia os brasileiros como um povo mestiço racialmente, “(...) quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (ROMERO, online, p.2). Entre as peculiaridades de seu pensamento, Romero ora era encarado como “otimista” no modo de entender a cultura brasileira, ora como “pessimista”, dado sua crença na validade de teorias deterministas.

No fervilhar da época em que Getúlio Vargas tomou o poder do governo brasileiro, o Modernismo trazia inovações literárias e a cultura norte-americana invadia o país, Gilberto Freyre lançava a obra “Casa-grande e Senzala” (1933) e, mais tarde, outras muitas que tratavam da história social do Brasil⁴. Os escritos de Freyre retomaram a perspectiva da mestiçagem inaugurada pelos primeiros pensadores da identidade nacional. No entanto, o olhar do autor se deslocava do foco “racial” para o “cultural”, acreditando ainda que essa mistura de culturas diversas fosse um ponto positivo à formação do caráter do brasileiro. Pensando acerca da obra de Freyre, o sociólogo Renato Ortiz entende que “Casa-grande e senzala” é referencial se queremos entender o discurso do sincretismo que irrompeu na sociedade brasileira da época: a idéia de um universo “nacional” isento de contradições, onde são eliminados os possíveis antagonismos e conflitos da sociedade.

Já Sérgio Buarque de Holanda (1995) aponta como sendo de Portugal o mérito pelo caráter atual de nossa cultura, sendo as outras influências - a do negro e do índio, mais propriamente – uma adequação a essa base “essencial”. A capacidade de

³ “Terra Papagalli” (2000) ou, na tradução, “Terra dos Papagaios”, é título do livro de José Roberto Torero e Marcus Aurélio Pimenta, no qual os autores desenvolvem uma paródia da época em que o Brasil fora “descoberto”.

⁴ Dentre elas, “Sobrados e Mucambos” (1936) e “Ordem e Progresso” (1959).

adaptação dos portugueses a novas circunstâncias, o individualismo aristocrático marcante em Portugal e na colônia brasileira, a “ausência completa” de qualquer orgulho de raça ou de um “espírito militar”, seriam marcas da personalidade de nossos colonizadores que ecoariam na formação do brasileiro. Outra questão abordada por Holanda parte da crítica do autor ao Estado patriarcal português, no que diz respeito à confusão entre assuntos públicos e privados - não sem a consciência de que tratar a todos como familiares cria uma rede de interesses a ser tecida entre as partes -, o que geraria o “homem cordial”, reunindo em seus caracteres a afabilidade, hospitalidade e generosidade, solidários com os mesmos e com o Outro.

No fervilhar do processo de desenvolvimento da indústria cultural no país, o que ocorreu nas décadas de 60 e 70, os antropólogos Darcy Ribeiro e, mais tarde, Roberto Da Matta, desenvolviam suas pesquisas a respeito do que faz o Brasil, Brasil⁵. Tanto Darcy, quanto Da Matta, procederam, em menor e maior ênfase, respectivamente, à ruptura da concepção racial que marcava a literatura sobre a identidade nacional brasileira até então. Por mais que esse caminho de distanciamento da perspectiva racial já tivesse sido iniciado nas primeiras décadas do século passado, a exemplo da posição de Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala” e em obras subseqüentes, a explicação do caráter nacional a partir das configurações histórico-culturais específicas a cada formação social instaurou-se como paradigma à grande parte da intelectualidade brasileira.

Em entrevista à equipe da TV Cultura, durante a realização de documentário sobre o livro “O povo brasileiro” (1995), Darcy Ribeiro, autor da obra, afirma que “no Brasil a mestiçagem sempre se fez com muita alegria, e se fez desde o primeiro dia (...)” (RIBEIRO, 1995, online), Percepção que não o exime de destacar a dimensão da “tragédia da gente brasileira”⁶, da maneira como destaca em seu livro: “Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua

⁵ Referência ao livro de Roberto Da Matta, “O que faz o Brasil, Brasil?” (1984)

⁶ Como destaca Eugênio Bucci (2005) a respeito da obra de Darcy Ribeiro.

reversão” (RIBEIRO, 2006, p.23). Em companhia de Ribeiro no desmonte de alguns mitos acerca da brasilidade, o também antropólogo Roberto Da Matta, no corpo de sua literatura, vai proceder a uma relativização da “fábula das três raças” e da idéia tradicionalmente aceita de que houve uma relativa evolução racial harmoniosa no país, destacando, em relação à primeira, sua natureza enquanto “ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do ‘branco’, do ‘negro’ e do ‘índio’ como as unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas” (DA MATTA, 1981, p.63). Além das referidas desconstruções, Da Matta (1984) desenvolve o conceito de “jeitinho brasileiro” como a capacidade de contornar certos ditames consensuais em benefício próprio, baseada em muito na troca de favores, no apelo emocional e na corrupção das leis⁷.

Todo esse processo de constituição de um imaginário “polifônico” acerca da brasilidade encontra-se ainda em movimentação, e sempre o estará, na medida em que os contextos em que são pensadas e exercitadas as relações com a nação também são mutantes. O fato é que não podemos negar a influência dos intelectuais citados na auto-noção do brasileiro enquanto membro de uma grande família nacional e possuidor de traços de personalidade unificados, dado a posição de “produtores de discursos públicos” bem como o diálogo de suas obras com todo um quadro de referências disponível no presente e passado de cada autor. Acreditamos, ainda, que o imaginário coletivo acerca do “caráter do povo” tem sido exercitado em diversas instâncias sociais, seja através de políticas culturais, da educação forma e informal. Nesse sentido, para além dos “articulistas” da brasilidade apresentados nesse texto, certamente em rede com a maneira como o estado tem lidado com aqueles a quem representa - o povo – ao longo de tantos governos nacionais, atentamos ao fato de serem também os meios de comunicação de massa agentes de potencial educativo “informal” na constituição da auto-imagem do brasileiro, seus estigmas, qualidades e

⁷ Interessante perceber como esse jeitinho pode assumir ares de ponto positivo na personalidade do brasileiro, associado à malandragem e à esperteza.

pesares. Se direcionarmos nosso olhar às representações midiáticas mais freqüentemente acessadas nos lares brasileiros (e nesse sentido, potencialmente mais passíveis de se tornarem referências na constituição identitária dos espectadores), perguntamo-nos: é possível hoje perceber vestígios do “homem cordial”, esse solidário, ou do brasileiro que tem um “jeitinho” particular, da forma como nos caracteriza respectivamente Buarque de Holanda e Da Matta? Encontramos o brasileiro receptivo, resignado e criativo de Gilberto Freyre, ou o povo de Darcy Ribeiro, aquela gente mestiça e que alimenta uma alegria enorme de viver?

Certamente, são revelados ou se constroem brasis e brasileiros exemplares (e repugnantes, com valor de “não faça igual”) diariamente nas diversas narrativas midiáticas, sejam mais inclinadas à ficção, sejam nomeadamente informativas. Como nosso objeto de estudo se ocupa da “transmissão” de informações, nos perguntamos de que forma o jornalismo contribui na imaginação de que todos nós, eleitos “brasileiros”, pertencemos a uma família nacional. A resposta a essa questão tem a ver com a própria construção do campo jornalístico. Valemo-nos de estudo desenvolvido por Franciscato (2005), que buscou tornar operativos fenômenos temporais envolvidos na atividade jornalística. De um conjunto de cinco categorias elencadas pelo autor, a que nos cabe desenvolver nesse momento é a “simultaneidade”, já que fora eleita como propulsora na formação de laços de integração e identidade sócio-cultural. A simultaneidade seria um tipo de relação que transcenderia uma simples concomitância no tempo. Para Franciscato, “agir simultaneamente” implica um alto grau de articulação ou identificação, sendo o Jornal uma forma cultural que materializou essa idéia ao trazer, além da coincidência cronológica dos conteúdos apresentados, a simultaneidade das práticas de leitura, reflexão e discussão. O que essa relação significou na formação das nacionalidades? Acompanhamos tanto Anderson como Franciscato, na crença de que há uma forte relação entre formação da consciência nacional e desenvolvimento do campo jornalístico, já que este último favorece uma “vivência comum” e concomitante da informação entre grupos amplos. Pensemos agora na imaginação da comunidade nacional brasileira. Como os meios de comunicação, jornalísticos ou não, contribuíram na construção da identidade do país?

No texto “A televisão brasileira” (WOLTON, 1996), o estudioso Dominique Wolton afirma que o fenômeno televisivo no Brasil, pela diversidade dos programas e pelo alcance do sinal nos mais amplos setores sociais, constitui um poderoso fator de integração social, além de contribuir para valorizar a identidade nacional. Para Wolton, a Rede Globo de Televisão desempenharia com êxito a função de “laço social”, ou seja, de veículo integrador num país rico em diversidade cultural e de dimensões continentais. O pesquisador se refere ainda às telenovelas brasileiras como um exemplo “perfeito” do papel de laço social cabível à televisão, já que, segundo ele, há toda uma conversa coletiva em torno das temáticas abordadas e uma interatividade na direção dos conteúdos apresentados. E os telejornais, assumiriam também a função de integrar a nação? No entendimento de Beatriz Becker, o telejornalismo no Brasil assume papel fundamental na construção simbólica acerca da idéia que temos de coletividade, de comunidade nacional. A pesquisadora observa que, no caso da tv aberta, os noticiários televisivos atuam como “instituições soberanas e quase intocáveis” (BECKER, 2005, p.23), oferecendo aos telespectadores fios de sentidos sobre o cotidiano local e global, assim como dão visibilidade à imaginação coletiva de que pertencemos todos nós à família nacional. Lembramo-nos certamente, das palavras de Franciscato, quando nos iluminou a categoria “simultaneidade”, assim como da perspectiva de nação como “comunidade imaginada”, desenhada por Anderson, já aclamadas anteriormente nesse texto. Nessa direção, em quais caminhos, ou encruzilhadas, podemos situar o Jornal Nacional?

O início era de um projeto grandioso que, mais tarde, iria inaugurar a transmissão em rede no país. Dada a credibilidade que o JN alcançou no país, em razão de uma série de motivos sócio-históricos, bem como ao desenvolvimento do padrão global de produção, é plausível dizer que o telejornal contribuiu, desde o seu surgimento, para a construção do senso de pertença a “família” nacional, em que pese a polêmica tese de parceria da Rede Globo com os ideais de integração nacional do Regime Militar, alavancada especialmente via JN. Nesse sentido, a consonância entre a idéia de integração nacional, eco do rumo moderno almejado pelos militares, e a possibilidade de transmissão de informação em rede, caminhou para a tessitura de

uma identidade unívoca para o país, esse de “contornos continentais”, nas palavras de João Roberto Marinho⁸, sucessor do mitificado Roberto Marinho.

Apresentado hoje pelo casal William Bonner e Fátima Bernardes, que empresta ao noticiário todo um imaginário permeado pelos conceitos de felicidade, integridade, moral, e, por que não dizer, bons costumes, o JN assume lugar de destaque nos lares brasileiros, ao “mostrar todos os dias o que de mais importante se deu no Brasil e no mundo naquele dia” (Bonner, 2001, apud. TRAVANCAS, 2007, p.55), da maneira como destaca seu editor-chefe, em entrevista à pesquisadora Isabel Travancas. “Assanduichado” entre duas telenovelas, o JN evoca as narrativas do cotidiano para tecer a história (ou histórias) do país, e, também, os fazeres e dizeres do povo brasileiro, baseado em mitos de veracidade e imparcialidade. Mas como são contadas essas histórias? Em quais momentos o povo brasileiro, entendido como o cidadão comum, da maneira como já conceituamos, merece lugar de fala no encadeamento do “que de mais importante se deu no Brasil e no mundo”, lembrando fala de Bonner? A análise a que nos propomos promove um diálogo entre Fairclough, Bakhtin e alguns pesquisadores do telejornalismo, no que esses últimos entendem sobre a inclusão e referência das vozes dos populares no JN, utilizando categorias de análise pretensamente desveladoras do objetivo geral desta pesquisa: entender como os populares são constituídos em voz no discurso do JN.

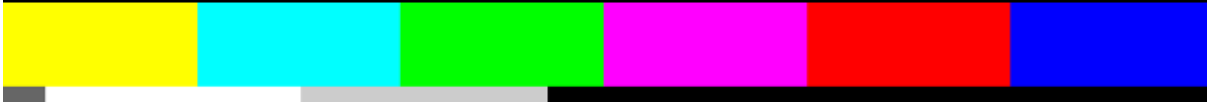
Isso implica entender a idéia de conflito como núcleo ordenador da narrativa telejornalística, da maneira como percebeu a estudiosa Iluska Coutinho (2003) em relação à organização do relato em dois telejornais brasileiros (Jornal Nacional e Jornal da Cultura). Sejam eles conflitos narrativos ou sociais reais, “(...) é a partir de um conflito e/ou de uma intriga que se desenrolam as ações, na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda os outros elementos daquela estória, tais como cenário, contextos, referências temporais” (COUTINHO, 2006, p. 119). Com base na crença compartilhada de que a apresentação do conflito ordena a forma de apresentação nas notícias no telejornal objeto de nosso estudo, o Jornal Nacional,

⁸ MARINHO, João Roberto. *A TV não é o problema*. In: Folha de São Paulo. Editoria de Opinião. São Paulo, 02 de setembro de 2004.

verificamos as presenças/ ausências do cidadão comum⁹ no núcleo conflituoso dos vts apresentados na edição do dia 26/09/08. A partir desses direcionamentos iniciais, buscamos entender como os populares estão inseridos nas narrativas audiovisuais, que lugar ocupam no todo de cada uma das matérias do dia. Para isso, utilizamos o “texto” como objeto de análise, a faceta lingüística do evento discursivo, desvelada a partir das seguintes categorias, emprestadas de Fairclough (2001): “intertextualidade” e “representação de atores sociais”.

Em relação à primeira categoria analítica - a “intertextualidade” -, nos valemos de grande contribuição de Mikhail Bakhtin (1995), reconhecido por Fairclough em razão de seu apreço em desenvolver, amiúde, análises de textos sob uma perspectiva intertextual. A crença de que cada enunciado dialoga com textos outros é compartilhada nos escritos dos dois autores. Usamos o termo geral “intertextualidade” quando nossa ênfase analítica recaiu sobre a “heterogeneidade dos textos”, o que implica “um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e freqüentemente contraditórios que contribuem para compor um texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p.137). No caso das matérias analisadas em nosso estudo de caso, a categoria em questão fora acionada através da “representação do discurso”, uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a uma narrativa e explicitamente marcadas como tal, com recursos como aspas e orações relatadas. Aqui, vale nova referência à obra de Bakhtin. Preocupamo-nos em refletir sobre o que ele chamou de “discurso citado”, ou seja, “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação” (BAKHTIN, 1995, p.144), e, mais que isso, “um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (idem). Assim, incursamos pela relação entre discurso de outrem (dos populares), seguindo conceituação de Bakhtin, e o contexto narrativo no qual estão citados (as matérias do JN). Arlindo Machado (2005) acrescenta riqueza à discussão na medida em que nos leva justamente a pensar o telejornalismo em sua multiplicidade de vozes. “o telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos.

⁹Na introdução, evocamos o sentido a que se refere a expressão “povo brasileiro”: o cidadão comum, ou, o “homem ordinário”, sobre o qual fala Certeau no livro “A invenção do cotidiano” (1994)



Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados” (MACHADO, 2005, p.104). Ainda, o modelo padrão de telejornal abarcaria o que o autor denominou polifonia de vozes, “cada uma delas existindo de forma mais ou menos autônoma e prescindindo de qualquer síntese global” (idem, p.108). A relação entre as vozes no discurso telejornalístico, faz clarear a parceria entre intertextualidade e hegemonia, na medida em que a ocupação de espaços no interior de um discurso, para além da democrática idéia de “pluralidade de vozes” (mas sem desconsiderar a possibilidade criativa e polissêmica que a variedade de vozes traz a um texto), é uma tarefa “socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder” (BAKTHIN, 1995, p.135).

Avancemos agora na descrição da segunda categoria desveladora de nosso objeto: “representação de atores sociais”, que se relaciona com a anterior, no que dissemos ser “representação do discurso”, na medida em que os personagens – ou vozes – distribuídas no texto telejornalístico recebem ou não indicação de seu papel social e/ou narrativo, são incluídos ou excluídos do relato, a uns é dada proeminência, a outros, indiferença. No caso de narrativas da imprensa, Resende (2006) observa uma série de utilizações, referentes à forma como as personagens são representadas, excluídas ou incluídas no relato, dentre elas a existência de atores sem nome, da representação por nomeação e do que ela chamou de “agregação” (potencial a fim de produzir uma opinião de consenso, quando da utilização de quantificações do tipo “90% das donas de casa...”). Sobre a identificação das vozes no relato telejornalístico, Machado acredita que esse procedimento promove a individualização do relato. Por outro lado, o autor esclarece que os produtores do discurso em telejornal reservam a identificação integral às personalidades – aos “olimpianos”, de que falou Morin – e aos profissionais da emissora. De outro modo, à “gente do povo” é atribuída uma identificação mais genérica, como os rótulos dona-de-casa, sertanejo e aposentado. Interessante entender que essa diferenciação entre quem está no relato e a maneira como é referenciado, em comparação aos nomes excluídos da narrativa ou que receberam pouca proeminência, indica movimentação ou estagnação das relações sociais de poder, e aqui, mais uma vez, o conceito de hegemonia se ergue, como já

ronda este texto desde o início de sua escritura. Ainda sobre a categoria “representação de atores sociais”, encontramos em Coutinho a observação de que, muitas vezes, referencia-se uma fonte com base em conceitos que evocam personagens míticas, ou, tendo em mente estereótipos presentes em obras ficcionais. No entendimento da pesquisadora, alguns “tipos de personagens-padrão” podem ser encontrados em material telejornalístico, como o mocinho, o vilão e a vítima. Segundo a pesquisadora, isso se relaciona com a freqüente encenação mítica da luta Bem-Mal nas narrativas, de modo a reforçar valores morais e de conduta. A lição de moral habita o fim das matérias, como reforço de certa idéia tomada em seu sentido consensual. Coutinho ainda considera o fato de que, para além dos entrevistados e repórteres se comportarem como personagens da narrativa telejornalística, também a emissora pode desempenhar papéis no drama cotidiano, apresentado sob a forma de história nos telejornais analisados pela autora.

Dedicamo-nos à análise da edição do JN apresentada no dia 26/09/08, de modo a perceber as categorias de análise propostas, no corpo de matérias em que os “brasileiros”, o cidadão comum, tem participação nuclear na narrativa (seja essa participação via tema ou via voz). Certamente, grande parte dos vts conta com pelo menos um personagem “popular”, e, se assumimos um olhar mais amplo, poderíamos estender a análise para um número maior de matérias. Entretanto, os vts diferenciam-se pelo modo como se aproximam ou se afastam da entidade “povo”, do coletivo identificável amplamente, e, do contrário, pelo modo como representam certo grupo de brasileiros, certa parcela da população, o que também gera identificação, porém não amplamente como no primeiro caso.

Uma dessas matérias, em que a coletividade é representada, recebeu título¹⁰ “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de quarenta anos”. Mesmo que o vt trate de uma fatia da brasilidade, não podemos ter desleixo com o fato de que nessa estão integrados alguns muitos milhões de brasileiros analfabetos. A narrativa inicia-se com uma mulher - cidadã comum - tentando soletrar o nome, empenhada na tarefa. Sem sucesso na empreitada, quem explica a situação da “dona-de-casa” Elina de Paiva (da

¹⁰ Denominação encontrada no site do JN: www.globo.com

maneira como fora referenciada nos créditos) é a repórter: “Na infância, ela trocou a escola pelo trabalho na roça, mas na cidade descobriu como é difícil viver sem as letras”. Está construído o conflito, comum a tantos milhões de brasileiros, analfabetos: a vontade de estudar *versus* a batalha que isso implica. Para uns, a escola mais próxima fica longe dos olhos, para outros, o trabalho ocupa centralidade obrigatória. Celso, que não recebeu as letras do crédito, explica: “Eu tive sempre que trabalhar, não tinha como me manter e tinha que enfrentar o dia-a-dia”. Mas desistir não faz parte do horizonte desses brasileiros, e quem disse isso foi Vera Lúcia Coelho, outra “dona-de-casa”, da maneira como indicam os créditos: “A hora que tiver escola aqui perto, creio que não vou sair da escola, vou aprender mesmo”. A “educadora da UERJ” Denise Cordeiro profere, em tom “acadêmico” de uma assepsia intrigante, que a escola precisa se adaptar a estes alunos. Quem dá a palavra final é a Dona Edir, “líder comunitária”, que quer construir na própria casa um curso de alfabetização para atender a comunidade: “As pessoas precisam ser alfabetizadas, porque através da alfabetização elas ficam libertas”. De volta para o estúdio do JN, Fátima Bernardes deixa transparecer expressão de satisfação, como se a ela coubesse o aval do episódio.

Outro vt que merece nosso olhar mais aprofundado fora intitulado “Participação do eleitor vai além do voto”, e inicia-se com o exemplo do “fisioterapeuta” Régis Reis, que, assim como outros colegas de condomínio, mantém uma churrasqueira no apartamento, um acessório já embutido em algumas construções em Porto Alegre. Enquanto assa uma carne, diz ao repórter, em tom brincalhão: “O cheiro bom da carne incomoda. Dá vontade de fazer um churrasco”. O repórter lembra que nem todas as conquistas, seja em condomínios, seja na prefeitura, são tão simples, e elenca, com exemplificação de alguns personagens, uma série de medidas adotada em condomínios que visam o bem coletivo, alcançadas democraticamente. Em um desses, a reciclagem do lixo, que, transformada em lucro, fora investido na construção e manutenção de uma farmácia e um ambulatório, onde trabalham médicos voluntários. Um desses profissionais, Yoshi Hissa Tsuda, explica: “Quando você faz algo nesse sentido, você acaba ganhando mais, o retorno é muito grande pra você”. O repórter faz uma analogia, entre a idealização de ações positivas em um condomínio e a mesma empreitada numa prefeitura. Se dá certo em um dos

casos, poderia dar no outro. A passagem é feita nas ruas de um bairro, digamos, de classe média-alta de São Paulo, onde os moradores conseguiram evitar que fossem construídos prédios. Alda Veloso, representante da associação de moradores local, diz que é preciso se unir para batalhar pelos interesses coletivos. Já na garagem de um prédio em Porto Alegre, o jeito foi instituir a ordem de chegada dos carros como garantia de vagas. Dois moradores desse imóvel, não nomeados nos créditos, definem a medida, porém não demonstram contentamento. Vozes soltas no relato, aquelas que saem dos trilhos sutilmente. Posição retomada pelo presidente da associação de moradores, Raul Agostini, proferindo que o destino nacional é projeto dos cidadãos: “E que os governantes devem ser meros reflexos das nossas decisões”. Quando as câmeras voltam ao estúdio, William Bonner, à semelhança da maneira como se portou Fátima Bernardes quando do encerramento da matéria sobre o analfabetismo entre brasileiros adultos, direciona ao público um olhar e satisfação, como o regente orgulhoso de uma orquestra que sabe de cor e salteado as notas da canção.

O vídeo seguinte, “Mãe reencontra filha após 36 anos”, em primeira análise, não diz respeito ao coletivo “povo brasileiro”, não gera identificação no rumo desse imaginário. Gera sim, pela emoção e dramaticidade que a temática exala. Porém, não poderíamos deixar de mencionar a vinculação entre a “artesã” Cibelle Lopes e certo aspecto envolvido no imaginário nacional: o brasileiro como herói, aquele resignado, que supera um longo período de provação e goza de um final feliz. “O herói tem essa aptidão para o sofrimento, ele nos mostra que o mundo do tormento é necessário para que o individual seja forçado a fazer a diferença” (FRANÇA, 2006, p.116), nos explica Renné Oliveira França. Assistimos ao final da batalha de Cibelle: o reencontro após 36 anos com a filha que dela foi tirada. É a parte que nos cabe reverenciar. “Tomamos conhecimento das dificuldades e sofrimentos daquelas pessoas, mas não encaramos esse sofrimento (não é aí que a narrativa se detém). Preferimos assistir ao final da batalha; conhecemos o herói já vitorioso” (idem, p.117). Na cena de encerramento da matéria, mãe, filha e filho trocam carinhos, reunidos na sala de uma casa. “Ainda nem começamos”, finaliza Cibelle.

Creemos que problematizar - inspecionar racionalmente, nas palavras de Hall - as representações ou construções discursivas envolvidas na criação de um imaginário

sobre a entidade representativa da nação, o povo brasileiro, seria uma maneira de desvelar mecanismos de manutenção/transformação do estado atual das relações de poder envolvidas na constituição de uma idéia (ou idéias) sobre a brasilidade. Nesse sentido, assumindo que há muitos outros olhares possíveis sobre as matérias analisadas, acreditamos que tais representações do caráter brasileiro dialogam com o imaginário hegemônico sobre a brasilidade, perpassado pelo que pensam acerca do povo brasileiro aqueles que nomeamos “articulistas” da brasilidade, em muito pela penetração pública de seus dizeres, bem como por todo um quadro de pensamento que representam, dos quais são ponta e lança – pela movimentação entre os discursos sociais. Assim, a resignação quase heróica, a solidariedade, a alegria e a criatividade (atuando o brasileiro “dentro” das condições que se oferecem) são categorias discursivas que fizeram parte do processo de imaginação nacional e estão presentes nas matérias analisadas. Resignados diante de situações adversas que os empurram para o analfabetismo, os brasileiros não se entregam à desventura. Solidária com os mesmos, a líder comunitária da primeira matéria analisada encena uma arrumação de casa, para receber, quem sabe, futuramente, os alunos do curso de alfabetização, para serem, enfim, libertos.

Sobre a movimentação das vozes do cidadão comum, bem como sobre as respectivas referências, entendemos que, ao menos na reportagem “Brasil tem milhões de analfabetos com mais de quarenta anos”, os populares desempenham papel de coadjuvantes, personagens secundários de suas próprias histórias. Lembremo-nos de Elina, referenciada como “dona-de-casa”, que inaugurou a matéria com a tentativa de soletrar seu nome. A partir de seu fracasso, a repórter encaminhou o relato, que contou com a opinião especializada de uma educadora da Uerj e o consentimento glamouroso, quase maternal, de Fátima Bernardes. Aqui, quem toma as rédeas do processo, o narrador onipresente, é a emissora, via repórter e âncora. Aos populares que participam da cena, ou estão dissolvidos nos milhões de outros brasileiros, adultos e analfabetos, ou são articulados, em suas vozes, de modo a exemplificar o que não deve ser feito - deixar de acessar o mundo das letras, como fez a “dona-de-casa” Elina – e o que merece ser exercitado – esforçar-se para estudar, e serem, assim, libertos, como o deseja a também referenciada “dona-de-casa” Vera.

A temática “participação”, presente na matéria “Participação do eleitor vai além do voto”, vem a calhar em época de eleições, e gera identificação com grande parte dos habitantes do território nacional – aqueles que enxergam no voto os caminhos e descaminhos da nação. De fato inspira ou busca orientar ações com vistas ao bem coletivo, já que apresenta exemplo de “brasileiros” comuns exercitando a vivência em grupo, “participando” ativamente em seus condomínios. Assim, a matéria nos remete, em primeira análise, ao protagonismo dos brasileiros em relação ao destino do coletivo. Os personagens referenciados como “subsíndica”, “presidente da associação de moradores” e “médico” é que nos indicam os caminhos a serem percorridos, e as recompensas que deles emergem, se queremos colocar ordem no caos, se intentamos o bem coletivo acima de vontades individuais. Por outro lado, interessante o vínculo entre as ações narradas como “exemplares”, frutos da força da união de alguns, com o conceito de homem cordial, aquele que exala generosidade e afabilidade, não sem perder de vista os benefícios particulares que isso deve implicar, necessariamente. Uma mulher, não nomeada, ao opinar sobre a conta individual de água no condomínio onde mora, conquista alcançada em assembléia de moradores, revela: “A gente sabe que está gastando só o da gente”. Outros dois moradores, também ligeiros em suas aparições na narrativa e não referenciados nos créditos, não exalam satisfação quando o assunto é a maneira como fora resolvido o problema da superlotação na garagem de um condomínio. As “vozes soltas no relato”, aquelas que poderiam manchar a narrativa de um Brasil bonito, ficaram apagadas, sem nomeação, com ligeira inserção na narrativa. Prevaleceu o espírito coletivo e solidário dos brasileiros, que se “vira nos trinta” à revelia do poder público, que exerce sua cidadania além do voto.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Trad. Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1995.

Colóquio Internacional
Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 - www.tvrealidade.ufba.br

BECKER, Beatriz. A linguagem do telejornal: um estudo sobre a cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

_____. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior, Célia Ladeira Mota, Flávio A.C. Porcello (orgs). Telejornalismo: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do Telejornalismo Brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em televisão. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2003.

DAMATTA, Roberto. O que faz do brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Trad. Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FRANÇA, Vera (org). Narrativas televisivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise do discurso crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O Povo Brasileiro. Disponível em:

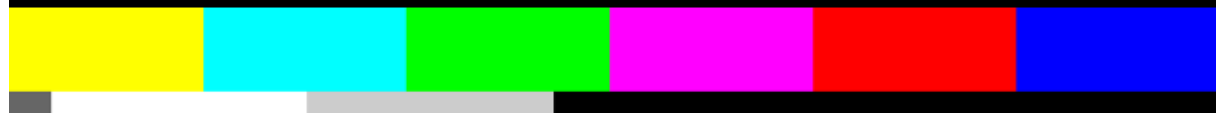
<http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/index.htm>. Acessado em: 13 jan. 2008.

ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128. Acessado em: 2 de mar. 2008.

SKIDMORE, Thomas. Construindo uma identidade nacional. In: O Brasil visto de fora. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Colóquio Internacional
Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 - www.tvrealidade.ufba.br



TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Juventude e Televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VIZEU, Alfredo Eurico; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A.C. (orgs). Telejornalismo: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

WOLTON, Dominique. Elogio do grande público. Editora Ática, 1996.